

*VII Congreso de la Asociación Latino Americana de Población e
XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
De 17 e 22 de outubro de 2016, Foz do Iguaçu – Paraná.*

**Deslocamentos populacionais e assentamentos humanos na Reserva Extrativista
Auati-Paraná, Amazonas – Brasil¹.**

Heloisa Corrêa Pereira²

Resumo

O presente estudo parte de uma discussão sobre as dinâmicas migratórias na Reserva Extrativista Auati-Paraná, Unidade de Conservação de uso sustentável, localizada na região do médio Solimões no estado do Amazonas. A característica ambiental dos assentamentos humanos em áreas de RESEX acaba revelando particularidades de uma ocupação que se estende para o espaço urbano, e pode ser compreendida pela ocorrência de deslocamentos sazonais e pelas articulações entre distintos locais de residência. O objetivo deste estudo é abordar a formação e importância dos domicílios multilocalizados para o contexto da migração na Amazônia. Esse contexto será discutido a partir da experiência observada no trabalho de campo realizado na RESEX Auati-Paraná. Entender os movimentos e conexões intra e entre domicílios, normalmente não capturados no censo demográfico, aponta para a existência de conexões e processos que motivam a outras análises mais detalhadas. O estudo compõe uma revisão bibliográfica a cerca dos assentamentos humanos na Amazônia, dando um panorama sobre a ocupação na região em estudo caracterizando os aspectos da mobilidade e as tendências migratórias. Os dados analisados apontam para as relações existentes entre distintos domicílios, mostrando uma conexão entre as zonas rural e urbana na tentativa das populações que vivem nessas áreas suprirem em uma zona a carência de serviço e acesso a benefícios não atendidos na outra.

Palavras chave: domicílios multilocalizados, mobilidade populacional, Unidades de Conservação na Amazônia brasileira.

¹ Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latino Americana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. De 17 e 22 de outubro de 2016, Foz do Iguaçu – Paraná.

² Doutoranda em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas – helo.santarem@gmail.com

Introdução

O presente estudo tem como objetivo discutir alguns aspectos da ocupação humana na Reserva Extrativista Auati-Paraná (RESEX-AP), uma Unidade de Conservação de uso sustentável localizada no estado Amazonas, criada pelo governo Federal através do decreto de 7 de agosto de 2001, e gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os resultados apresentados no presente artigo buscam refletir a partir da dinâmica populacional na RESEX-AP³, como as especificidades dessa dinâmica populacional podem ser compreendidas sob a ótica do fenômeno migratório. Os dados apresentados partem de uma análise descritiva das observações realizadas durante a pesquisa de campo desenvolvida no âmbito da referida reserva, nos meses de outubro e novembro de 2015.

O tempo de permanência na RESEX-AP permitiu conhecer um pouco da história das migrações de indivíduos ou de famílias que ocuparam as terras explorando recursos naturais, e da história ambiental daquela região. Através das observações e relatos podemos compreender a maneira como as pessoas na reserva se relacionaram com os diferentes ambientes em que vivem, como as áreas de várzea e de terra firme.

O estudo busca descrever a forma de organização dos assentamentos humanos na RESEX-AP, mostrando que as tendências migratórias nesses espaços são regidas conforme o uso que tais populações exercem sobre o território, e das necessidades “migratórias” que se estabelecem nas relações entre o rural e o urbano na região.

Analisaremos neste estudo o contexto local e regional da reserva. O objetivo não é discutir deslocamentos de longas distâncias, mas as relações estabelecidas entre o ir e vir na reserva, e como essas relações diferem das demais tendências migratórias observadas nas grandes cidades e centros urbanos da Amazônia.

De acordo com Alencar (2010), para conhecermos o processo de ocupação humana de um território, identificar padrões de ocupação e variação desses padrões no tempo, deve-se impreterivelmente relacionar os fatores econômicos, sociais e ambientais na análise. A forma de ocupação das populações na RESEX-AP abrangem modos de vida ligados diretamente ao ambiente em que vivem, e a adaptação dessas

³ A análise esta fundamentada em informações que fazem parte da pesquisa de doutorado vinculada ao programa de pós-graduação em demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

populações depende da capacidade de utilizarem os recursos naturais disponíveis. Dentre os fatores sociais que são relevantes, na configuração de certos padrões de ocupação humana, Alencar (2007, 2010) destaca o parentesco, a problemática da posse e da propriedade da terra, o sistema de produção econômica, a presença ou não do Estado.

O processo de ocupação de determinados grupos humanos, como é o caso da RESEX-AP, está associado às variações dos padrões ambientais, e a sazonalidade dos rios, característicos dos ambientes de várzea e de terra firme na Amazônia (LIMA & ALENCAR, 2001; ALENCAR, 2010). Veremos neste estudo que essas variações ambientais são condicionantes e influenciam a mobilidade dessas populações. Outros fatores do processo de ocupação estão relacionados a indicadores sociais - ligados às condições supracitadas -, e que influenciam as trocas econômicas estabelecidas pela relação entre domicílio multilocalizados, ou seja, aqueles que funcionam como unidades econômicas, mas possuem membros em zonas rurais e urbanas (PADOCH et al., 2008).

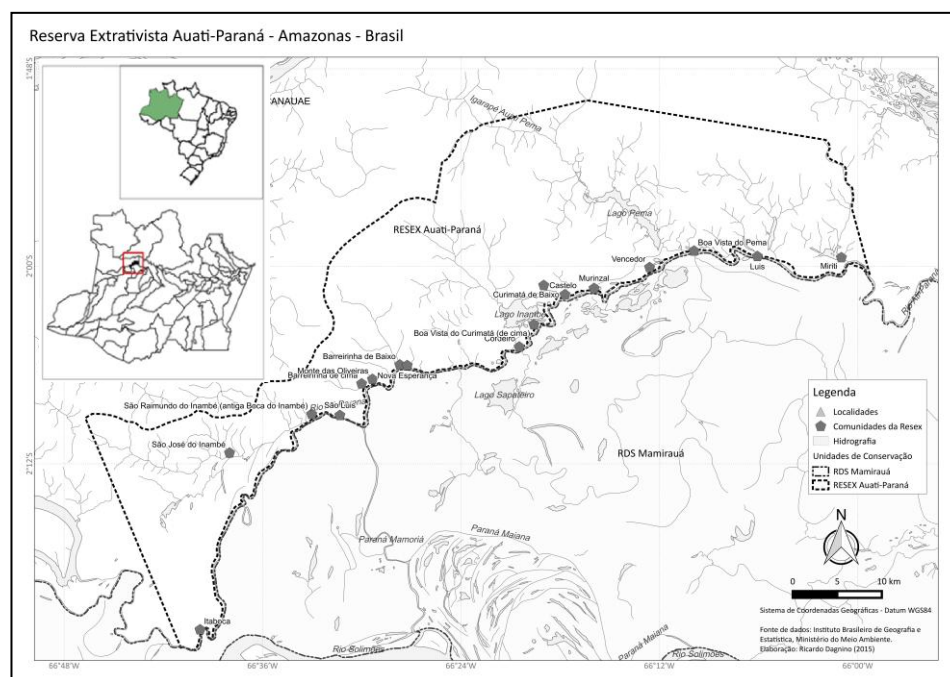
O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira parte discutiremos os aspectos metodológicos do estudo, descrevendo brevemente a pesquisa de campo realizada na RESEX-AP. No segundo momento realizamos uma descrição dos processos de ocupação na Amazônia, e buscando evidenciar os principais fluxos migratórios na região, destacando nesse processo o contexto em que surgiram as RESEX. Na terceira parte apresentamos alguns estudos que mostram como ocorreu o processo de ocupação da região onde se encontra a RESEX-AP (Médio Solimões) buscando entender a lógica de ocupação dos assentamentos humanos na região. E por último, buscamos analisar os fatores ambientais e sociais que foram importantes na configuração dos assentamentos humanos na RESEX-AP, marcada pelo controle do território, pelo povoamento rarefeito e pela mobilidade da população.

Aspectos metodológicos

A estratégia de coleta de dados adotada para a pesquisa de campo compõe um modelo de pesquisa desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO), integrada a linha de pesquisa População e Ambiente. A partir de um modelo de *survey* buscou-se coletar dados a cerca dos aspectos sociodemográficos da população da RESEX-AP, e com base nesse modelo de levantamento de dados, identificamos variáveis que pudessem corresponder aos objetivos da pesquisa.

O levantamento foi organizado de modo que parte dos dados nos mostrasse a realidade das comunidades frente às mudanças sociais e ambientais, em relação a criação da reserva, a percepção dos moradores, e as informações dos domicílios. Optou-se em realizar o estudo em duas etapas. A primeira etapa teve como meta visitar todas as 17 comunidades situadas na área de influencia da reserva (Figura 1). A partir dessas visitas foram realizadas reuniões coletivas em cada comunidade. O objetivo das reuniões coletivas foi entender, a partir de uma percepção mais geral dos moradores, quais mudanças ocorreram nas áreas de uso da comunidade em que vivem, a mobilidade dos moradores no que se refere à criação da reserva, a própria dinâmica do local onde vivem, e se a criação da RESEX influenciava na saída de moradores da comunidade.

Figura 1 – Localização das comunidades na RESEX-AP



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Meio Ambiente.

Para esta primeira etapa da pesquisa utilizou-se como fonte de coleta de dados o registro audiovisual (gravações e registros fotográficos), um questionário contendo 19 questões, e mapas de localização da reserva. As reuniões tiveram duração de 1h e 40 minutos aproximadamente.

Os mapas foram utilizados como um meio para os comunitários visualizarem o ambiente em que vivem a partir de uma nova perspectiva, identificando os lagos e áreas de uso. Pretendia-se a partir dos mapas, identificar onde estão essas áreas de uso em relação à comunidade, as relações que comunitários estabelecem uns com os outros, e

principalmente entender a organização dessas áreas, e saber se as formas e áreas de uso foram modificadas depois da criação da RESEX.

O momento do mapa foi crucial para o bom andamento da reunião, foi onde os moradores se sentiram mais a vontade, e onde conseguiam perceber seu ambiente através do conhecimento sobre os rios e lagos. A partir dessa ferramenta introduzia-se o questionário de maneira discreta, de modo que as perguntas iam sendo registradas e anotadas em forma de diálogo, muitas vezes fugindo um pouco do roteiro estabelecido, e enriquecendo as anotações de campo.

A partir do que foi observado na primeira etapa, reuniram-se dados que serviram de suporte para a segunda etapa da pesquisa. Nessa segunda etapa, as entrevistas foram direcionadas à unidade doméstica (UD), e na impossibilidade de realizar o levantamento em todas as UD da RESEX-AP, optou-se em aplicar entrevistas em apenas duas comunidades, sendo as comunidades Murinzal e Vencedor - selecionado a partir da análise da primeira etapa da pesquisa - seguindo assim para a coleta de dados.

Diante do que foi levantado construiu-se um cenário para cada comunidade, onde foram observados os seguintes critérios de escolha: o período de existência da comunidade, as mudanças nas formas de uso do ambiente em que vivem, a dinâmica populacional (entre a RESEX e as cidades do estado do Amazonas), e o número de habitantes.

A Segunda etapa da pesquisa consistiu, portanto, em realizar entrevistas nessas duas comunidades previamente selecionadas. Para essa etapa da pesquisa utilizou-se um questionário individual contendo 60 questões, e registro audiovisual quando autorizado pelo entrevistado. O questionário individual foi aplicado por unidade domiciliar (UD), e o entrevistado respondia às questões referentes ao “Dono” e/ou a “Dona” da UD. O objetivo era entender aspectos da mobilidade, características do domicílio, e percepções a respeito da criação da RESEX.

Os resultados apresentados nesse estudo compõe uma análise descritiva dos dados quantitativos e qualitativos da pesquisa, formulada com base nas observações e anotações do caderno de campo, bem como, os dados das entrevistas comunitárias e domiciliares. Os dados da pesquisa foram armazenados em um banco de dados SQL e analisados de maneira simplificada a partir do conjunto de consultas em tabelas de dados no software Access, de livre acesso.

A seguir apresentamos um resumo da ocupação humana na Amazônia brasileira, baseada em fonte de dados secundários (Censo Demográfico IBGE), buscando evidenciar a dinâmica demográfica associada ao processo de ocupação da região. Destacamos nesse processo o surgimento das Reservas extrativistas na Amazônia.

Ocupação na Amazônia e dinâmica demográfica

O processo de ocupação da Amazônia tem como referência os diferentes ciclos de desenvolvimento originários dos sistemas de produção econômica, da dinâmica demográfica e da ocupação do território característica de cada ciclo (ALENCAR, 2010). Esses diferentes ciclos, na visão de Oliveira (1984), são pautados na expansão da economia mercantil, iniciada na exploração dos recursos naturais, e de utilização da população local como mão de obra escrava, resultando em diversas transformações sociais e culturais da população na Amazônia.

Os ciclos de desenvolvimento na Amazônia marcaram a intensa dinâmica migratória da região. O ciclo da borracha, ocorrido entre os anos de 1850 e 1920, trouxeram um grande contingente de nordestinos para a Amazônia (OLIVEIRA, 1984; DEAN, 1987). Essa fase de ocupação da Amazônia revela uma atividade dispersiva, e até mesmo predatória, direcionando os migrantes aos lugares mais remotos da região, contribuindo para a exploração do território.

Com a queda do preço da borracha a partir de 1920, por causa da expansão de plantação na Ásia, o fluxo migratório para a Amazônia diminuiu, sendo retomado durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (DEAN, 1987). No final da década de 1960, por meio dos programas de colonização do governo militar, a migração de outras regiões do Brasil causou o aumento significativo para a população da Amazônia (MORAN, 1983): entre 1960-1990 seis milhões de pessoas migraram para o Estado. (BROWDER & GODFREY, 1997).

D'Antona (2003:59) apresenta dados que revelam um significativo incremento populacional na Amazônia Legal entre o período de 1950 e 2000: “a população do Acre chegou a aumentar cinco vezes, a do Amapá, quase 13; a de Rondônia, 38 vezes; enquanto a média no Maranhão aumentou 3,5 vezes”. O grande incremento em Rondônia teria ocorrido em virtude dos projetos de colonização – considerados mais

bem organizados quando comparados àqueles de outras áreas na região – que teriam atraído um fluxo maior de migrantes (HALL, 1991:50).

Dados do censo demográfico referente ao período de 1970-1980 revelam que a Amazônia experimentou as maiores taxas de crescimento populacional do país, com uma média de 4,44% a.a. (Tabela 1), ultrapassando a média nacional de 2,48% a.a.. Rondônia experimentou as maiores taxas de crescimento populacional da região, atingindo 16,03% a.a.; em números absolutos, o Pará foi quem teve maior incremento populacional (Tabela 2). Por três décadas, a região Amazônica permaneceu com uma média de crescimento anual superior a média nacional, perdendo apenas para a região Norte do país, que se manteve superior em todo o período.

Tabela 1 - Taxa de Crescimento anual (%) da Amazônia Legal, 1970-2010⁴.

Brasil e UF	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Acre	3,42	3,02	3,26	2,78
Amapá	4,37	4,66	5,71	3,45
Amazonas	4,12	3,57	3,28	2,16
Pará	4,62	3,46	2,52	2,04
Rondônia	16,03	7,89	2,22	1,25
Roraima	6,82	9,63	4,54	3,34
Tocantins	3,56	2,01	2,59	1,80
Maranhão	3,09	2,31	1,47	1,47
Goiás	2,99	1,59	1,18	0,59
Mato Grosso	6,64	5,94	2,14	1,94
NORTE	4,84	4,24	2,55	2,09
AMAZÔNIA	4,44	3,89	2,23	1,92
BRASIL	2,48	2,12	1,46	1,17

Fonte: IBGE - Censos demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. (SIDRA - Tabelas 200 e 202).

Observações: Para os anos 1970-1991: dados da amostra; 2000-2010: dados do Universo.

⁴ Para o estado de Tocantins (1970 e 1980) foi incluído os município de Goiás que pertencem ao atual estado do Tocantins. Para o estado do Mato Grosso (1970) foram incluídos os município do atual Mato Grosso. Dos estados do Maranhão e Goiás (1991, 2000 e 2010) foram contados apenas os municípios pertencentes à Amazônia Legal.

Tabela 2: População da Amazônia Legal 1970-2010 (Fonte: IBGE - censos demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Brasil e UF	1970	1980	1991	2000	2010
Acre	215.299	301.276	417.718	557.526	733.559
Amapá	114.230	175.258	289.397	477.032	669.526
Amazonas	955.203	1.430.528	2.103.243	2.812.557	3.483.985
Pará	2.166.998	3.403.498	4.950.060	6.192.307	7.581.051
Rondônia	111.064	491.025	1.132.692	1.379.787	1.562.409
Roraima	40.885	79.121	217.583	324.397	450.479
Tocantins	521.139	739.049	919.863	1.157.690	1.383.445
Maranhão	2.401.586	3.254.305	4.088.272	4.730.016	5.471.689
Goiás	50.519	67.800	79.395	89.252	94.629
Mato Grosso	598.849	1.138.918	2.027.231	2.504.353	3.035.122
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799

Fonte: IBGE - Censos demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (SIDRA - Tabelas 200 e 202).
 Observações: Para os anos 1970-1991: dados da amostra; 2000-2010: dados do Universo.

Os fluxos migratórios para a região já haviam iniciado antes da década de 1970, principalmente no sul do Pará, no norte de Goiás, em Rondônia e no Acre, como parte de uma ocupação espontânea em busca de novas terras (SAWYER, 1981; MARTINE, 1992).

O viés demográfico sempre esteve presente nas políticas da Amazônia, atendendo demandas no âmbito nacional e regional. Entretanto, pouca atenção foi dada à dinâmica demográfica no âmbito local, ou seja, sob o ponto de vista e interesses das populações locais. A migração para a região foi maciça e contínua, caracterizada por uma série de descontinuidades e resultados desastrosos. A população que chegava à região acabava não se fixando, o modo de lidar com a terra e as dificuldades encontradas revelaram estruturas de produção concentradoras e isso resultou na expulsão da população local para outras áreas mais distantes, dando início a outras ocupações.

As fases de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, caracterizada pelo grande fluxo de migrantes, disputa por ter terra e intenso processo de urbanização, contribuíram para o surgimento de novas demandas ligadas a necessidade de atender as populações locais, no que se refere ao papel social da terra e aos direitos das populações tradicionais que residiam nas áreas de influência dos programas de desenvolvimento.

As transformações decorrentes das diferentes fases de ocupação da região, refletem padrões de ocupação peculiares que se desenvolveram à medida que os ciclos econômicos iam se “espalhando” pelo território. Nos primeiros ciclos, ocupavam áreas remotas e de difícil acesso, e no segundo momento pela expansão da fronteira e a abertura de estradas visando ligar a região aos demais estados brasileiros.

Nesta última fase, as formas de uso do espaço pautavam-se na ocupação do território com incentivos públicos ao uso extensivo da terra para agricultura e pecuária, conectadas pelo mercado econômico. Posteriormente, surgiu uma demanda oposta, a de controlar essa ocupação que se confrontava com as comunidades locais, e que era devastadora em suas formas de exploração dos recursos naturais.

Respondendo às novas demandas que surgiam, o Brasil lança seu primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), e no mesmo ano o movimento dos seringueiros cria o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) reivindicando o direito de concessão a terra e o fim da colonização nos seringais. Da “reforma agrária” dos seringueiros surgem as Reservas Extrativistas, pautadas na política social que contempla os interesses de conservação ligada ao movimento social na Amazônia (SCHWEICKARDT, 2010). Essas reservas foram uma proposta criada na tentativa de que a terra cumprisse a sua função social. Com isso, essa função passa a ser mantida através das atividades extrativistas e dos recursos florestais, e não mais a partir da valoração mercantilista da terra e dos recursos naturais.

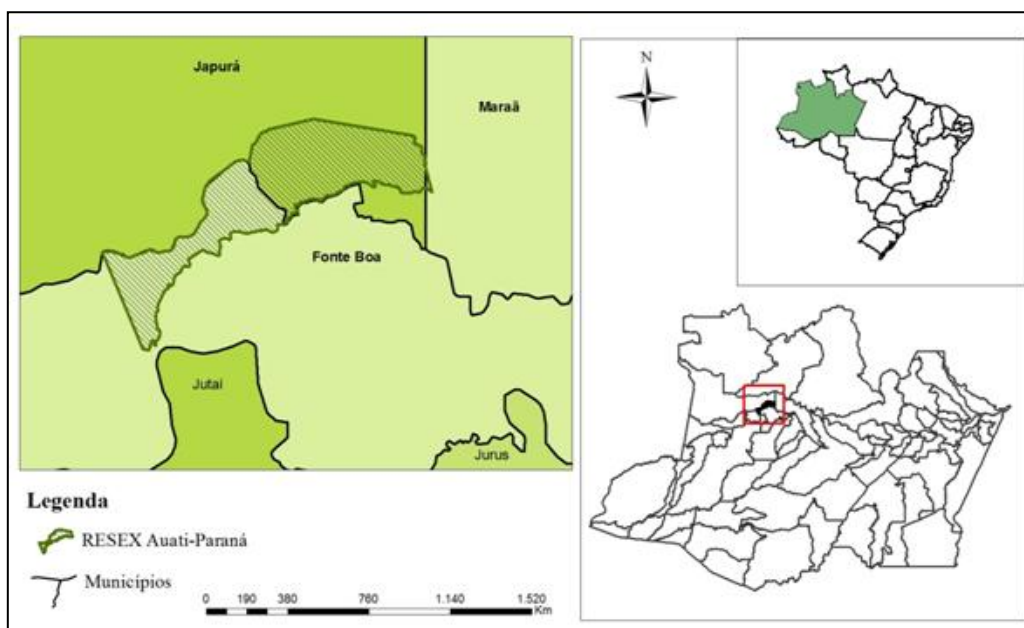
Histórico de ocupação da Reserva Extrativista Auati-paraná (RESEX-AP)

A RESEX-AP, conforme mencionado anteriormente, é unidade de conservação de uso sustentável federal, localizada no estado do Amazonas. A RESEX abrange os municípios de Fonte Boa, Marã e Japurá (figura 2) e possui uma área de 146.950,82 hectares. Foi criada em 2001 e resultou da ação da Associação Agroextrativista de Auati-Paraná (AAPA) juntamente com o movimento dos seringueiros da região, apoiados pela Igreja Católica (Prelazia de Tefé), Conselho Nacional do Seringueiro (CNS) e Movimento de Educação de Base (MEB).

Uma parte significativa da reserva é formada por ambiente de terra firme, e outra parte por ambiente de várzea. A população de moradores e usuários da reserva é composta por 1.345 habitantes, sendo 217 domicílios, somando um total de 314 famílias.

A grande maioria dos moradores da RESEX-AP já vive na região desde a infância, e chegaram a essas terras por intermédio de familiares que já habitavam o lugar. Os núcleos familiares são formados por pais, filhos e netos e as terras são passadas de geração para geração. Todo o padrão de moradia, regras de convivências e formas e uso dos recursos, são regidos por um acordo de convivência que obedece aos critérios legais previsto no plano de manejo da reserva.

Figura 2: Malha política, limites da RESEX Auati-Paraná em relação à divisão política municipal.



Fonte: elaboração própria, a partir da base dados do IBGE.

A ocupação da região do Médio Solimões teve início no século XIX com a chegada dos trabalhadores da borracha. A migração para a região se estendeu até meados do século XX, com a chegada de famílias oriundas do Nordeste, de outras regiões do estado do Amazonas e de localidades amazônicas de outros países, como o Peru, que migravam para o Brasil em busca de trabalho (ICMBIO, 2011:27).

O processo de ocupação dessa região pode ser melhor compreendido a partir das pesquisas realizadas por Edna Alencar (2001) e Edila Moura (2007), na região do Solimões, especificamente nas Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã, e RDS Mamirauá. Os resultados dessas pesquisas foram analisados a partir da construção coletiva e memória social das populações que vivem nessas áreas. A RESEX-AP esta contigua a RDS Mamirauá, as populações que vivem nessas áreas

dividem os mesmos ciclos de usos dos recursos, estão sobre dinâmica de ocupação semelhante, baseadas nas questões ambientais e sociais já mencionadas anteriormente.

Os estudos supracitados mostram que o padrão de ocupação dessa região, está estreitamente relacionado com os ciclos de desenvolvimento. A população que vive nessas regiões de florestas é descendente daquelas populações que chegaram à região no tempo áureo da borracha, (1879/1912), e dos remanescentes dos programas de colonização da Amazônia durante a década 1970.

Os antigos padrões de ocupações da região eram organizados a partir do sistema de produção vigente (LIMA & ALENCAR, 2000). Os moradores construía suas locações próximas às estradas de seringa. As antigas localidades não possuíam uma organização social “mais coletiva”, o que resultava na inexistência de políticas governamentais que priorizassem uma melhor qualidade de vida (PEIXOTO, 1991). A organização em agrupamentos comunitários só surgiu quando a Igreja Católica, através dos movimentos eclesiais de base (MEB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), começou a atuar na região reagrupando em comunidades as diversas famílias que ocupavam as estradas dos antigos seringais.

Os educadores do MEB e das Pastorais acreditavam que a formação das comunidades seria uma alternativa para combater uma serie de problemas enfrentados pelas populações que viviam nessas regiões em agrupamento isolados (NEVES, 2003). Agregado a esse ideal social utilizou-se o discurso de preservação ambiental, incentivando as populações a preservarem as regiões de lagos onde praticavam a pesca.

O MEB e a prelazia de Tefé buscavam orientar os moradores a reivindicarem seus direitos, e para conseguirem isso ofereciam oficinas de capacitação das lideranças comunitárias. De acordo com Silva (2009:39) os agentes do MEB ministravam cursos transmitidos pela Rádio de Educação Rural de Tefé a todos os comunitários. Esse tipo de ação pedagógica também foi desenvolvido na região onde hoje estão situadas as comunidades que compõem a RESEX-AP.

A história das primeiras Reservas Extrativistas no estado do Amazonas está intimamente ligada ao trabalho realizado pela Igreja católica (SILVA, 2009). Segundo Neves (2003) essa forma de organização consistia no princípio da reunião de pessoas, baseada em laços de consanguíneos e de vizinhança. Essa forma de organização social constituiu um padrão de organização em toda a região do Solimões, quiçá em toda a Amazônia.

Atualmente a constituição dos assentamentos humanos na RESEX-AP é resultado das atuações do MEB e da prelazia de Tefé, formada por comunidades localizadas às margens do rio. Essas comunidades possuem um núcleo de organização, com igreja, salão de festas, e campo de futebol. A organização desses assentamentos não segue um padrão de ocupação, algumas comunidades são maiores e mais organizadas, e outras com menor agregação de moradores. A densidade demográfica, a distância e a lideranças são fatores importantes na criação e consolidação dos espaços coletivos e no uso comunal dos mesmos (HIGUCHI, et al. 2006).

Deslocamentos populacionais e os assentamentos humanos na RESEX-AP

A formação atual dos assentamentos na RESEX-AP é resultado do processo de organização social da população, e da própria dinâmica típica do ambiente em que essas populações vivem. A área da RESEX-AP esta dividida em dois tipos de ambiente, o ambiente de várzea⁵, onde 53% dos domicílios estão situados, e área de terra firme, onde se localiza 47% dos domicílios.

A dinâmica da população que vive nas áreas de várzea apresenta uma característica típica desse tipo de ambiente, diferente das populações que residem na área de terra firme. De acordo com Lima & Alencar (2000), em ambientes de várzea as famílias estão sempre prontas para a possibilidade da mudança, desmontando casas, abandonando comunidades e recomeçando sua vida em novas localidades. Tais mudanças estão associadas a “efemeridade das margens dos cursos de água, assim como das áreas agrícolas e agroflorestais, e em função de incertezas fundiárias e de oportunidades para trabalho e mercados” (PINEDO-VAZQUES et al, 2008 p:44).

Durante o período de enchente dos rios, muitas famílias migram para as cidades (Fonte Boa e Maraã, são as alternativas mais viáveis em termos de deslocamento) ou para as comunidades situadas na terra firme, por um curto período de tempo. A dinâmica entre o rural e o urbano ocorre pela relação entre os diferentes domicílios, ou domicílios multilocalizados, onde ambos mantêm uma relação de trocas econômicas e relações sociais entre membros da mesma família e da mesma comunidade.

⁵ A várzea é a planície aluvional propriamente dita ou o leito maior dos rios; é a região sujeita, parcial ou totalmente, às inundações anuais e o seu solo é constituído de sedimentos quaternários depositados anualmente pelo rio (FRAXE et al, 2008:3).

Famílias com residência na cidade e na comunidade ou multilocalizadas não são novidades para a Amazônia (PINEDO-VAZQUES et al., 2008; PADOCH et al., 2008). As mudanças nos padrões de comunicação, o acesso a crédito, e melhoria dos meios de transporte nessas comunidades, tem contribuído para o aumento desse padrão de residência. Estudos Nugent (1993) e Winklerprins (2002), ambos realizados na região de Santarém-PA, mostram que muitas famílias com residências no rural, matem uma dupla residência: na cidade e na comunidade, usando recursos de ambas.

Podemos observar esse mesmo padrão de residência para a população da RESEX-PA. Nas duas comunidades onde foi realizado o estudo, dos 53 domicílios entrevistados, 10 desses mantêm uma casa na comunidade e no urbano do município de Fonte Boa. A maioria dessas famílias inclui um ou mais membros que tendem a permanecer na área urbana por mais tempo, enquanto outros membros circulam entre a comunidade e a cidade. De acordo com Pinedo-Vazques et al. (2008) os sistemas familiares e as redes sociais em geral são fundamentais para a manutenção desse fluxo. Veremos mais a diante que, dado o contexto da RESEX-AP, as variações na altura e na duração das enchentes anuais são outro determinante importante para residência.

O fato da maioria das famílias estarem vivendo em um ambiente de várzea gera dificuldades para essas populações manterem uma produção agrícola. Embora as áreas de várzea sejam consideradas férteis, os moradores consideram essas áreas muito regradas a produção agrícola, já que o plantio de qualquer gênero nessas áreas devem obedecer ao período de estiagem ou vazante dos rios, que se prolonga por um período de 6 meses. Portanto, os moradores desenvolvem suas atividades agrícolas durante o período de estiagem.

A dificuldade para manter a produção durante todo o ano contribui para o ir e vir entre o rural e urbano. Com dificuldade em produzir seu próprio alimento para o sustento da família, os moradores acabam recorrendo aos mercados nas cidades. Em todos os domicílios entrevistados, algum membro do domicílio costuma ir à cidade ao menos uma vez ao mês para fazer as compras.

O deslocamento mais frequente dos moradores ocorre entre a comunidade e o município de Fonte Boa, o mais próximo à reserva e de melhor acesso em termos de horas de viagem que, utilizando um motor com potência de 12hp, o deslocamento dura em média 8 (oito) horas ou ainda 10 (dez) horas partindo de motor rabeta⁶ da

⁶ Embarcação de pequeno porte, geralmente em madeira, com motor de popa acoplado. Possui em média capacidade para 6 pessoas.

comunidade mais distante. As comunidades não dispõem de transporte contínuo, e o deslocamento ocorre por meio de transporte próprio, e no sistema de caronas, ou até mesmo, pela venda de passagens oferecida por moradores que dispõem de transporte particular, sendo cobrado R\$20,00 (vinte reais) por pessoa.

As condições de deslocamento acabam criando uma seletividade no perfil dos moradores que se deslocam às cidades. Os moradores que dispõem de meios de transporte próprio são os que conseguem ir com mais frequência para a cidade, e isso também ocorre entre os moradores que podem pagar o valor da coroa, ou que dispõem de recurso para comprar combustível e enfrentar às 10h de viagem em um motor rabetá. Os que possuem melhores condições econômicas são os que se deslocam com mais frequência.

As viagens costumam ocorrer com mais frequência no final da primeira quinzena de cada mês. Essa frequência justifica-se pelo número de moradores que realizam viagens para receber o pagamento do mês (seus honorários de trabalho). Trata-se de moradores que ocupam cargos públicos oferecidos nas escolas localizadas nas comunidades, como: agentes de saúde, professor ou auxiliar de serviços gerais, oferecidos pelo governo do município de Japurá e de Fonte Boa.

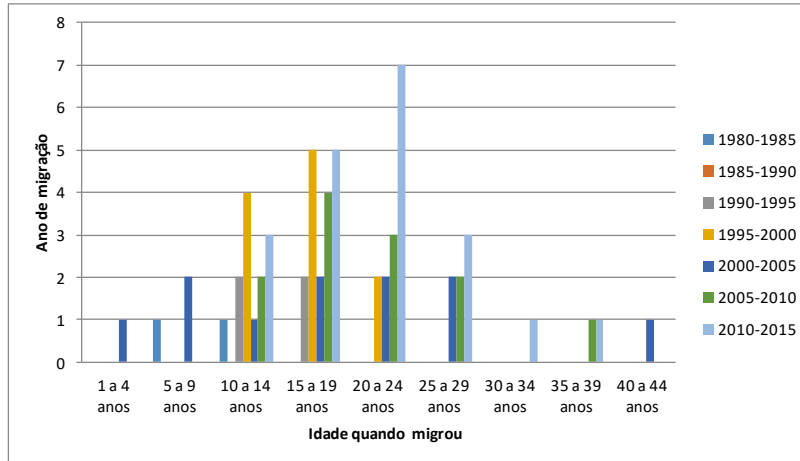
Os principais fatores que afetam a mobilidade da população nessas áreas estão relacionados às questões econômicas (terra boa para o plantio, madeira, peixe), corroborando com os fatores de ordem política, ideológica, e a existência/carência de alguma infraestrutura básica social (escolas, posto de saúde). As lideranças locais exercem um papel importante, servindo de canal para reivindicar melhores condições de vida, principalmente àquelas relacionadas à infraestrutura.

Podemos observar ainda que ocorre uma migração em direção as áreas urbanas. Os principais destinos são os municípios de Manacapuru, Fonte Boa, Tefé e Manaus, todos localizados no Estado do Amazonas.

Essa saída de moradores se refere a população jovem que tem deixado a sua comunidade para ir morar na cidade e dar continuidade aos estudos. As dificuldades de acesso a escola é o principal motivo para deixar a comunidade. No período 1995-2000 os filhos de moradores da RESEX já deixavam a comunidade para ir morar na cidade (Figura 3), esse número só aumentou ao passar dos anos. Entre 2010 e 2015 esse número tem diminuído, no entanto essa aparente queda, ocorre por muitos jovens estarem adiando a saída da comunidade (Figura 4). Entre os anos de 1995 e 2000, jovens na faixa etária de 15 a 19 anos eram mais propícios a deixar a comunidade,

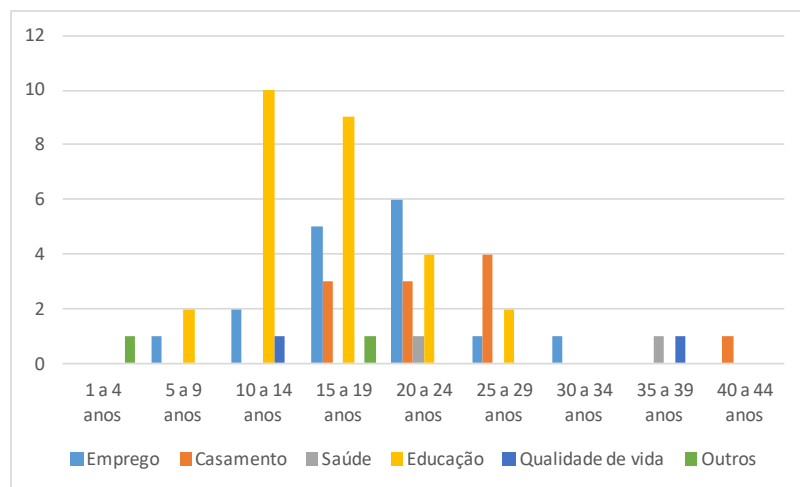
atualmente são os jovens entre 20 a 25 que deixam a comunidade, muitos saem, não apenas para estudar, mas para ir em busca de trabalho nas cidades.

Figura 3 – Distribuição dos filhos migrantes por ano de migração e faixa etária



Fonte: banco de dados da pesquisa de campo

Figura 4 – Faixa etária dos filhos migrantes por motivos de migração



Fonte: banco de dados da pesquisa de campo

Sabe-se que as relações de dependência entre as comunidades são estabelecidas principalmente pela oferta de saúde e educação, sendo que o acesso à educação é fator crucial para o crescimento ou o abandono das povoações ribeirinhas (PARRY et al. 2010), portanto, os motivos pelos quais as pessoas optam por sair da reserva estão relacionados à disponibilidade ou precariedade destes serviços disponíveis nas comunidades.

Os moradores estão saindo da reserva em direção aos centros urbanos das cidades, principalmente dos municípios de Fonte Boa e Tefé. A saída de população de comunidades rurais em direção às áreas urbanas tem sido observada em muitos estudos sobre a urbanização na Amazônia (WINKLERPRINS & SOUZA, 2005; PADOCH et al, 2008; BARBIERE & MONTE-MÓR, 2008). A consolidação do fator urbano foi fortalecida pelas elevadas taxas de urbanização observadas na região desde a década de 1980 (AMARAL et al, 2013), portanto o próprio contexto de ocupação da região amazônica foi marcado por intensa urbanização (BECKER, 1997).

O fato das populações na RESEX-AP estarem migrando para as cidades mostra apenas uma parte da dinâmica dessas populações. Até mesmo, e porque, os dados de migração nessa área não mostram uma dinâmica intensa, e a relação dessas populações com o urbano ocorre pelas migrações sazonais e principalmente pela relação entre os distintos locais de residência observados na mobilidade dos moradores.

A dinâmica observada na RESEX-AP reflete o que vem sendo observado nos estudos de Amaral et. al. (2013:372), ao notar que as áreas urbanas na Amazônia não se restringem apenas às cidades e vilas, englobando também outras formas socioespaciais, tais como projetos de assentamentos, comunidades ribeirinhas, áreas indígenas, unidades de conservação e, até mesmo, sedes de fazendas.

A dinâmica das populações da RESEX-AP também pode ser compreendida como:

“unidades espaciais de ocupação humana, que associadas, configuram estrutura, forma e funções urbanas na escala local, estabelecendo as bases de uma rede urbana incipiente, a qual convive com as redes consolidadas baseadas nas cidades para o espaço regional” (AMARAL et al, 2013:372).

Isso tudo, levando em consideração que as populações nessas áreas estabelecem uma estreita relação com o urbano, pautada na rede de parentesco e na complexa relação entre os distintos locais de residências.

Para as populações da RESEX-AP os deslocamentos funcionam como uma estratégia de sobrevivência, e diante das dificuldades e limitações encontradas no ambiente em que vivem recorrem a alternativas possíveis.

A ajuda mútua e a vivência em comunidade facilitam esse modo de organização, que independentemente das populações estarem condicionadas ou não a vida em uma reserva, vão ocorrer de maneira livre conforme as transformações e necessidades para garantir a subsistência/sobrevivência da família. Essa forma de

organização fica clara quando analisamos os estudos de Nugent (1993) e Winklerprins (2002); Pinedo-Vazques et al., 2008; Padoch et al., 2008, pois mostram a realidade de populações na Amazônia que estão vivendo fora do contexto de Unidade de Conservação, onde a dinâmica populacional e estratégia de sobrevivência se assemelham a das populações que estão vivendo dentro de Unidades de Conservação.

Considerações finais

O estudo buscou descrever, a forma de organização dos assentamentos humanos na RESEX Auati-Paraná, apresentando algumas características das fases de ocupação da Amazônia que permitem compreender a configuração dos padrões de ocupação na RESEX-AP.

As tendências migratórias nesses espaços são regidas conforme o uso que tais populações exercem sobre o território, e das necessidades “migratórias” que se estabelecem nas relações entre o rural e o urbano na região. Na RESEX-AP essas tendências podem ser percebidas pelos deslocamentos sazonais, quando, na necessidade, os moradores são motivados pelas condições ambientais na comunidade a deixar o seu lugar de residência.

Essas tendências (em termos de motivações do migrante) regem sobre fatores relacionados às condições de vida do migrante (melhores oportunidades, fatores econômicos, políticos, ideológicos), levando-o a migrar para uma periferia ou subúrbios das grandes cidades dos municípios que fazem parte da RESEX-AP. Contudo sem perder a relação com o seu lugar de origem, mantendo uma forte relação com a comunidade.

Os resultados contribuem para o debate sobre a dinâmica populacional na Amazônia e para refletirmos sobre o comportamento dessas populações e como elas se relacionam com ambiente em que vivem. Além disso, aonde essa relação com o ambiente ocorre a partir de sua mobilidade e distribuição espacial, o que possibilita entender a dinâmica populacional nessas áreas como uma nova variável para se pensar a dinâmica demográfica na Amazônia.

Referencias

ALENCAR, Edna Ferreira. **Dinâmica territorial e mobilidade geográfica no processo de ocupação humana da reserva de desenvolvimento sustentável Amanã – AM.** UAKARI, v.6, n.1, p.39-58, jun.2010.

AMARAL, Silvana; DAL'ASTA, Ana Paula; BRIGATTI, Newton; PINHO, Carolina Moutinho Duque de; MEDEIROS, Liliam César de Castro; ANDRADE, Pedro Ribeiro de; PINHEIRO, Taíse F.; ALVES, Pedro Assumpção; ESCADA, Maria Isabel Sobral; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil).** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 367-399, jul./dez. 2013.

BARBIERI, A. F.; MONTE-MÓR, R. L. Mobilidade populacional e urbanização na Amazônia: elementos teóricos para uma discussão. In: RIVERO, S.; JAYME JR., F. G. (Orgs.). **As Amazônias do século XXI.** Belém: Editora Universitária UFPA, 2008.

BECKER, B. K. **Amazônia.** 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

CAMPOS, Simone Martinole. **O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre.** Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://goo.gl/vTUJmT>. Acesso em: 15/04/2015.

D'ANTONA, Álvaro. **Garantir a terra, garantia da Terra? Reservas Extrativistas na Amazônia Legal Brasileira.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: 2003.

Dean W. **Brazil and the struggle for rubber.** Cambridge University Press, Cambridge, U.K: 1987.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; MEDEIROS, Carlos Moisés; SANTIAGO, Jozane Lima; CASTRO, Albejamere Pereira de. **Terras e águas: gestão de recursos comuns na várzea amazônica.** Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 a 04 de junho, Bahia, Porto Seguro, 2008. Acesso em: 25 de Abril de 2016. Disponível em: <http://goo.gl/cvxxxf>.

GODFREY, Brian. **Frentes de expansão na Amazônia: Uma perspectiva geográfica-histórica.** Revista do Depto. de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, 1989. Disponível em: <http://goo.gl/A2T0xQ> - Acesso em: 14/04/2015.

- HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- HIGUCHI, M. I. G; RIBEIRO, M. N. L. THEODOROVITZ, I. **Projeto de manejo florestal sustentável de produtos florestais da RESEX do baixo Juruá: Dados socioeconômicos e demográficos das comunidades**. Relatório técnico. Manaus, INPA/LAPSEA, 2006.
- HIGUCHI, M. I. G; TOLEDO, R. F., RIBEIRO, M. N. L.; SILVA, K. **Vida Social da Resex do Auati-Paraná – Fonte Boa-Am**. Relatório Técnico, Manaus, 2008.
- IANNI, Otávio. **A Luta pela Terra**. São Paulo, CEBRAP. 1979.
- ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Auati-Paraná**. CDDI/IBGE, janeiro de 2011.
- LIMA, D.; ALENCAR, E. **A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do médio Solimões**. Lusotopie, 2001.
- MARTINE, G. **Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral**. . Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza. , 1992.
- Moran E. **Government-directed settlement in the 1970s: an assessment of Transamazon Highway colonization**, in: M. Schmink and C. H. Wood (Eds.), *Frontier expansion in Amazonia*, University of Florida Press, Gainesville, Florida:1983.
- NEVES, Delma P. **Os ribeirinhos e a reprodução social sob construção**. In: Boletim Rede Amazônia, ano 2, n. 1, IRD, PPGAS/UFRJ; NAEA/UFPA: Rio de Janeiro; Belém, 2003. Disponível em: <http://www.redeamazonia.com.br/pdf/2/47-59.pdf>
- NUGENT, S. **Amazonian caboclo society: an essay on invisibility and peasant economy**. Providence: Berg Publishers, 1993.
- OLIVEIRA, A. E. **Ocupação humana**. In: SALATI, E.; SCHUBART, J. W. H.; OLIVEIRA, A. E. (Ed.). *Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia*. São Paulo; Brasília: Brasiliense; CNPq, 1983.
- PADOCH C., BRONDÍZIO E., Costa S., PINEDO-VASQUEZ M., SEARS R.R., SIQUEIRA A. **Urban forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia**. *Ecology and Society*, 2008. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art2/>.

PARRY L., PERES C.A., Day B., AMARAL S. **Rural-urban migration brings conservation threats and opportunities to Amazonian watersheds.** Conservation Letters 3:251-259. 2010.

PEIXOTO, Rodrigo. **Ação cultural e concepção política entre a igreja católica e os camponeses (um estudo na região de Marabá).** In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. de. *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.* Belém: MPEG, 1991.

PINEDO-VASQUEZ, Miguel; PADOCH, Christine; SEARS, Robin R.; BRONDIZIO, Eduardo S.; DEADMAN, Peter. **Urbano e rural: famílias multi-instaladas, mobilidade e manejo dos recursos de várzea na Amazônia.** Novos Cadernos NAEA, v. 11, n. 2, p. 43-56, dez. 2008.

SAWYER, Donald. **Ocupação e Desocupação da Fronteira Agrícola no Brasil: Ensaio de Interpretação Estrutural e Espacial.** Trabalho apresentado no seminário sobre expansão da fronteira agropecuária e meio-ambiente na America Latina. CEPAL. Brasília, 10-13 de Novembro de 1981.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena S.C. **As diferentes faces do Estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá.** Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Katiane. **Sociogênese de uma unidade de conservação: um estudo sobre a Reserva Extrativista Auati-Paraná – Fonte Boa/AM.** Dissertação de mestrado apresentada ao programa de antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

WINKLERPRINS, A. M. G. A. **House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: linking rural with urban.** Urban Ecosystems, v. 6, n. 1/2, p. 43-65, 2002. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1023/A:1025914629492>.

WINKLERPRINS, A. M. G. A.; SOUZA, P. S. de. **Surviving the city: urban home gardens and the economy of affection in the Brazilian Amazon.** Journal Latin American. Geography, v. 4, p. 107-126, 2005. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/25765091?seq=1#page_scan_tab_contents.